

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO**
2 **JOSÉ DO RIO PRETO-SP, REALIZADA NO DIA TRINTA DE AGOSTO DE DOIS MIL**
3 **E DEZ.** Aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e dez, em segunda chamada às
4 dezoito horas e trinta minutos, na sala de reuniões do Conselho Municipal de Saúde,
5 sob a coordenação do Presidente do CNS – Conselho Nacional de Saúde, Francisco
6 Batista Junior e na presença de todos que assinaram o livro de presença, deu-se início
7 a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de São José do Rio Preto-SP.
8 **APROVAÇÃO DA ATA - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA DEZESSETE DE**
9 **JUNHO DE DOIS MIL E DEZ. NARRATIVA:** Passada a palavra para o conselheiro
10 Francisco Bezerra Brito, este solicita que na linha 104 seja alterado “presidente do
11 Fórum das associações de bairro” por presidente da Associação de Bairro do São
12 Deocleciano. Após as devidas correções o plenário aprovou por unanimidade a ata da
13 reunião extraordinária do dia dezessete de junho de dois mil e dez. **REUNIÃO**
14 **EXTRAORDINÁRIA DO DIA CATORZE DE JULHO DE DOIS MIL E DEZ.**
15 **NARRATIVA:** Após as devidas colocações e não havendo nenhuma alteração, o
16 plenário aprovou por unanimidade a ata da reunião extraordinária do dia catorze de
17 julho de dois mil e dez. **REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA VINTE E NOVE DE JULHO**
18 **DE DOIS MIL E DEZ. NARRATIVA:** Após as devidas colocações e não havendo
19 nenhuma alteração, o plenário aprovou por unanimidade a ata da reunião ordinária do
20 dia vinte e nove de julho de dois mil e dez. **INFORMES. Item Hum – Reunião do**
21 **Fórum dos CLS – Conselhos Locais de Saúde. Narrativa:** Passada a palavra para a
22 conselheira Sônia Paz esta coloca que se reuniu com o Fórum dos CLS – Conselhos
23 Locais de Saúde no dia 17 de agosto. Esclarece que esta reunião foi realizada devido a
24 inúmeros contatos dos conselheiros locais de saúde relatando desmotivação e
25 desencantamento em sua atuação. Coloca que os CLS relataram diversos problemas
26 que têm acontecido na rede de saúde. **Item Dois – Reunião do Presidente do CNS,**
27 **Francisco Batista Junior, com o segmento de usuários e trabalhadores da**
28 **saúde. Narrativa:** Francisco Batista Junior coloca que desde o início desse processo de
29 conciliação no CMS de São José do Rio Preto, tem dialogado com representantes da
30 gestão e do Conselho Municipal de Saúde. Porém, se sentiu em débito de discutir com
31 representantes do movimento social que exercem o controle social do SUS aqui no
32 município. Diante disso, entrou em contato com a Mesa Diretora Colegiada do CMS e
33 solicitou que fosse agendada no dia de hoje, no período da tarde, uma reunião com
34 representantes do segmento de usuários e trabalhadores da saúde. Coloca que a
35 reunião foi muito participativa e que os presentes relataram diversos problemas.
36 Esclarece que já informou ao Secretário de Saúde, José Victor Maniglia, que precisam
37 conversar sobre o relato desses representantes. **Item Três – Alteração do**
38 **representante da Associação e Oficina de Caridade Santa Rita de Cássia - Lar**
39 **de Idosos de Engenheiro Schmidt. Narrativa:** A Secretária Executiva do CMS
40 coloca que a Associação e Oficina de Caridade Santa Rita de Cássia - Lar de Idosos de
41 Engenheiro Schmidt, alterou sua representação, no representante Alexandre de Paula
42 Junior foi substituído por William Scanferla. **Item Quatro – Realização de Concurso**
43 **Público. Narrativa:** Passada a palavra para o conselheiro José Victor, este coloca que
44 no dia 20 de agosto a Prefeitura divulgou a realização de concurso público para
45 preenchimento de 574 (quinhentos e setenta e quatro) vagas para profissionais da área

46 de saúde, tanto de nível médio como superior. Coloca que o concurso será realizado
47 ainda este ano. Passada a palavra para a conselheira Celi, esta coloca que foi discutido
48 na reunião de hoje à tarde na reunião com os segmentos de usuários e trabalhadores
49 da saúde, sobre a realização de concurso público para os agentes de saúde. Coloca que
50 deve ser um concurso específico devido à especificidade do cargo. Celi coloca que para
51 a realização desse concurso o Conselho não participou da discussão, não houve uma
52 Comissão para analisar a proposta da Secretaria, portanto quer registrar essa
53 preocupação. Passada a palavra para Camila Pacífico Sparvulli, Departamento Jurídico
54 da SMS, esta coloca que para agente de saúde ocorre uma seleção pública devido a
55 Emenda Constitucional nº 51, e os aprovados serão vinculados diretamente com a
56 prefeitura. Esclarece que as informações adicionais constarão no Edital. Passada a
57 palavra para a conselheira Sônia, esta coloca que a realização do concurso é uma
58 grande vitória para aqueles que há anos colocam em Planos Plurianuais e
59 Programações Anuais de Saúde, que as contratações fossem feitas através de Concurso
60 Público. Dando continuidade, Sônia coloca que no início dessa gestão quando discuti-
61 se a realização de concurso público foi colocado que iria discutir neste Conselho a
62 questão do número de vagas e os profissionais a serem contratados, porém isso não
63 aconteceu. Sônia questiona se essa participação do Conselho se dará, tendo em vista
64 que o Edital ainda não foi finalizado. Coloca ainda que o Fórum dos Conselhos de Classe
65 já tem algumas manifestações contrárias ao número de vagas do concurso, conforme
66 divulgado pela imprensa. Passada a palavra para o Presidente do CNS, Junior sugere
67 que na próxima reunião do Conselho este assunto seja pautado, para além de aprovar
68 o edital, que a gestão submeta ao Conselho formalmente a proposta do concurso, como
69 número de vagas e salários. Passada a palavra para o conselheiro José Victor este
70 coloca que quando o Edital for finalizado, a gestão apresentará ao Conselho. Retomada
71 a palavra Junior coloca que o ideal seria que o Edital fosse discutido com o Conselho
72 que pode dar uma grande contribuição. O conselheiro José Victor, por sua vez,
73 concordou em submeter ao pleno o Edital do concurso público a ser realizado.

74 **PRIMEIRO PONTO DE PAUTA – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL DO**
75 **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE. NARRATIVA:** Junior coloca que o CNS –
76 Conselho Nacional de Saúde tem adotado comissão com poucos membros, sendo
77 composta por 04 (quatro) representantes, de forma paritária. Lembra que estes
78 representantes não participaram do processo eleitoral, ou seja, serão inelegíveis.
79 Coloca que dessa forma, o CNS não tem tido problemas ou questionamentos no
80 processo eleitoral. Junior sugere que cada segmento se reúna e indique os seus
81 representantes. **Registra-se que houve concordância do plenário na proposta**
82 **feita pelo Presidente do CNS, sendo assim, houve uma pausa na reunião para**
83 **os segmentos se reunirem.** Retomada a reunião os segmentos indicaram seus
84 representantes sendo: segmento de usuário representado por Carlos Henrique de
85 Oliveira e Valdeli Elvira Perez Brognaro; segmento de trabalhadores da saúde
86 representado por José Carlos Cacau Lopes; segmento de gestor representado por
87 Márcia Kfourí. Passada a palavra para o conselheiro José Victor Maniglia, este coloca
88 que lhe causa estranheza a indicação de representantes que não façam parte do
89 Conselho. Junior esclarece que as indicações são feitas pelos segmentos e devem ser
90 pessoas inelegíveis, ou seja, que não vão participar do processo eleitoral. Coloca que a
91 responsabilidade de indicação é de cada segmento. José Victor questiona que os

92 indicados do segmento de usuários e trabalhadores da saúde, não estão presentes.
93 Retomada a palavra Junior questiona se na Lei e no Regimento local consta a exigência
94 da presença, pois no CNS isso não é exigido. Passada a palavra para o conselheiro José
95 Vitor que questiona qual a entidade que os indicados do segmento de usuários
96 representam. Passada a palavra para a conselheira Celi Regina da Cruz, esta esclarece
97 que os indicados Carlos Henrique de Oliveira e Valdeli Elvira Perez Brognaro, são ex-
98 conselheiros municipais de saúde e atualmente fazem parte do Sindicato dos
99 Servidores Municipais. Passada a palavra para o conselheiro José Vitor, este coloca que
100 os indicados não representam de fato os usuários do SUS. Dando continuidade coloca
101 que a indicação dos segmentos de usuários e trabalhadores da saúde é indiferente, não
102 muda em nada, pois ninguém vai fazer nada de errado. Porém quer registrar sua
103 indignação com as indicações, pois esse é o modus operandi que paira sobre muitas
104 atitudes neste Conselho. Retomada a palavra, Junior coloca que é por isso que defende
105 que a Lei deste Conselho tem de sofrer alterações, que é o compromisso que as partes
106 assumiram. Esclarece que a Lei e o Regimento do CMS de Rio Preto, não exige a
107 presença dos indicados. Passada a palavra para a conselheira Teresinha Pachá, esta
108 questiona se pode haver a indicação de dois representantes da mesma entidade.
109 Retomada a palavra, Junior coloca que o segmento tem autoridade e autonomia para
110 realizar sua indicação. Após as devidas colocações o plenário consensuou a indicação
111 dos segmentos para compor a Comissão Eleitoral do CMS. Junior coloca que estava
112 conversando, enquanto os segmentos se reuniam, com o Secretário de Saúde e o
113 Assessor Jurídico do CMS, Neimar Leonardo dos Santos, sobre a Comissão Eleitoral se
114 reunir amanhã, em havendo essa possibilidade, para elaborar a proposta de Edital ou
115 Regimento Eleitoral. Junior sugere que neste edital devem estar claro os critérios para
116 realização de todo o processo eleitoral, como de inscrição, prazos e recursos; o edital
117 ou regimento eleitoral, juntamente com a agenda das eleições serão aprovados em
118 uma reunião extraordinária, realizada na próxima semana. Junior explana que o
119 plenário poderá contribuir com sugestões de alteração no material apresentado,
120 aprovando as datas e o edital, o mesmo será publicado no Diário Oficial e então será
121 deflagrado o processo eleitoral. Propõe que as eleições aconteçam por volta de 15 de
122 outubro, desde que haja tempo hábil para as inscrições e recursos que por ventura
123 surgirem. **SEGUNDO PONTO DE PAUTA – INSTITUIÇÃO E COMPOSIÇÃO DA**
124 **COMISSÃO ORGANIZADORA DA VII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**
125 **NARRATIVA:** Junior questiona ao plenário o nome dos indicados para compor a
126 Comissão Organizadora da VII Conferência Municipal de Saúde. Passada a palavra para
127 a conselheira Sônia Paz, esta coloca que a indicação do segmento de trabalhador da
128 saúde é a conselheira Sanny Lima Braga. Passada a palavra para o conselheiro José
129 Victor, este coloca que a indicação do segmento de gestor é a conselheira Teresinha
130 Pachá. Os conselheiros representantes do segmento de usuários solicitam um tempo
131 para se reunir e decidir sua indicação. Registra-se uma nova pausa na reunião para que
132 o segmento de usuário se reúna. Retomada a reunião Junior coloca que os nomes
133 apresentados a mesa como indicação do segmento de usuários, são as conselheiras,
134 Brunna Valin e Celi Regina da Cruz. Passada a palavra para a conselheira Sônia, esta
135 solicita que seja registrado em ata, sua fala de repúdio quanto à fala do conselheiro
136 José Victor, quando o mesmo diz que aqui ninguém vai fazer nada de errado. Esclarece
137 que só foi consensuado em realizar um novo processo eleitoral, para não dar a

138 conotação de intransigência. Dando continuidade Sônia coloca que em preparação a VII
139 Conferência Municipal de Saúde foram realizadas nos meses de abril e maio 25 (vinte e
140 cinco) Pré-Conferências de Saúde, questiona se a Comissão Organizadora da VII
141 Conferência reconhecerá todo esse processo já realizado, ou se será refeito assim
142 como, o processo eleitoral; tendo em vista que há material e propostas para serem
143 trabalhados na Conferência. Coloca que se for de entendimento de todos que as Pré-
144 Conferências realizadas têm validade, como assegurar essa decisão juridicamente,
145 tendo em vista que o calendário de eleições do CMS foi aprovado pelo pleno e agora
146 será refeito. Junior coloca que na visão da mesa o que está acontecendo neste
147 momento é a continuidade de um processo que em determinado momento foi
148 interrompido, exatamente no quesito do processo eleitoral. Coloca ainda que em seu
149 entendimento o que foi realizado anterior a isso prevalece com validade, mesmo
150 porque não haveria tempo hábil para realizar novas Pré-Conferências, porém se for
151 outro o entendimento do pleno, a situação tem de ser discutida. O Presidente do CNS
152 esclarece novamente quanto aos acordos políticos aqui consensuados. Enfatiza que não
153 estaria mediando essa situação se não acreditasse nos atores e na responsabilidade de
154 cada um que estão envolvidos neste processo. Coloca que até o momento tudo o que
155 tem sido acordado com a gestão tem sido razoavelmente cumprido e não tem tido
156 dificuldade em dialogar com o conselheiro José Victor. Conforme colocado na reunião
157 do dia 14 de julho, Junior explana que as questões que estão sendo acordadas e
158 consensuadas, em sua construção, têm sido priorizado acordos eminentemente
159 políticos. Coloca que o Assessor Jurídico do CMS levantou a questão quanto à
160 inelegibilidade da entidade que está na Comissão Eleitoral, e concorda com a dubiedade
161 da interpretação da Lei, pois da forma que está escrito na Lei dá margem para
162 questionamentos jurídicos. Porém o que tem sido feito aqui é um acordo político e esta
163 contestação não irá acontecer. Esclarece que o fato da entidade fazer parte da
164 Comissão Eleitoral não torna a entidade inelegível e sim a pessoa que está
165 representando. Coloca que no CNS a entidade na qual representa participou da
166 Comissão Eleitoral com outro indicado. Passada a palavra para o conselheiro José Victor
167 este coloca que as Pré-Conferências de Saúde foi um processo muito bem
168 desenvolvido, conduzido de forma adequada e realizado totalmente a vontade pelas
169 pessoas que organizaram. Coloca que a gestão muitas vezes foi criticada, porém,
170 respeitaram a opinião das pessoas, respeitaram a democracia. Coloca que em sua
171 opinião as propostas elaboradas durante as Pré-Conferências são totalmente válidas,
172 pois foi um trabalho muito bem feito. Retomada a palavra Junior questiona se a reunião
173 extraordinária poderá acontecer na próxima quinta-feira. O plenário acordou que a
174 reunião acontecesse na quarta-feira, 08 de setembro. Junior aproveita o momento para
175 sugerir a Implantação de uma Mesa de Negociação Municipal, pois a Mesa auxilia em
176 muito a resolver os conflitos, com participação democrática de trabalhadores e
177 gestores. Esclarece que a Mesa de Negociação é ligada ao Conselho Municipal de
178 Saúde, porém desempenha papel diferente. Passada a palavra para a conselheira
179 Sanny Lima Braga esta coloca que já foi aprovado pelo CMS a proposta de composição
180 da Mesa Municipal de Negociação, porém não foi efetivado. Retomada a palavra Junior
181 sugere então, que a implantação seja efetivada. Passada a palavra para o conselheiro
182 Antonio Cícero Ferreira de Araújo, este solicita que este Conselho, nesta gestão ou na
183 próxima, discuta a possibilidade de implantação de um Hemocentro na Zona Norte.

184 **Sem mais a tratar, deu-se por encerrada a reunião que eu, Nathália Brandão**
185 **Prota, secretariei e lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será**
186 **assinada por mim e pelo Presidente do CNS – Conselho Nacional de Saúde,**
187 **Francisco Batista Júnior. Estiveram presentes na reunião os conselheiros**
188 **municipais de saúde:** Antonio Fernando de Araújo, Maria Aparecida Abel Firmino,
189 Nanci Navas Carvalho, William Scanferla, Cléverson Luiz Rocha D'Ávila, Teresinha
190 Pachá, Mirna Médes, José Victor Maniglia, Antonio da Silva Pereira, Mara Lúcia Néspolo,
191 Brunna Valin, Maria Luiza Rodrigues, Francisco Bezerra Brito, Denize Fernandes, Jorge
192 Fares, Ricardo Miguel Fasanelli, Celi Regina da Cruz, Sônia Aparecida Paz Furlanetto,
193 Antonio Cícero Ferreira de Araújo, Sanny Lima Braga e Francisco Batista Júnior.